

## Documento Síntese

# Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC

## Diagnóstico Sócio-Ambiental

Dezembro/2000

*Preparado para:*

**FATMA** - Fundação Estadual do Meio Ambiente

*Elaborado por:*



**SOCIOAMBIENTAL**

*Consultores Associados Ltda*

Av. Rio Branco, 380 - sala 403, Ed. Barra Sul - Centro

Florianópolis/SC - CGC 00.720.263/0001-75

Fone: 224-6472 - [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br)

Diagnóstico Sócio-Ambiental - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC

## 1. INTRODUÇÃO

O histórico que levou à criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), em 1975, confunde-se com a própria história de vida de dois dos maiores nomes da ciência catarinense: Dr. Pe. Raulino Reitz e Dr. Roberto Miguel Klein. Juntos, provavelmente representavam o maior conhecimento de campo sobre a biodiversidade no estado de Santa Catarina. Juntos, também, lutaram por vários anos para a conservação de uma amostra representativa desta riqueza e elegeram criteriosamente a área do atual PEST como prioridade.

Dentre as razões então apontadas, frisava-se a grande importância estratégica que o Parque representaria para toda região litorânea de Florianópolis até o Sul do Estado, tanto pelas características hídricas, geológicas, florísticas, faunísticas, climáticas, quanto pelas paisagísticas ou turísticas da Unidade. Atualmente no entanto, sabe-se que a conservação deste significativo remanescente de Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), ultrapassa o nível de contextualização e importância regional chegando-se ao nível global. O conjunto e a singularidade de situações ecotonais e ecossistêmicas intrínsecas da região comprovadas com o pequeno esforço científico empreendido na Unidade nestes 25 anos após sua criação, corroboram para a importância de se planejar uma estratégia de conservação eficiente que atue ao nível local e regional e que atenda aos objetivos de conservação global.

Neste sentido o Produto Básico do Zoneamento do PEST (resultado do cruzamento de informações levantadas pelos diagnósticos de Dinâmica de Recursos Naturais e Sócio-Econômico) realizado em 2000 (25 anos após a criação do Parque), representa importante ferramenta concreta de planejamento e tomada de decisões da Unidade no sentido de se planejar a gestão e forma de abordagens aos diferentes conflitos. Com base em tal Produto, foi então elaborado o presente documento, cujo objetivo é informar sucintamente sobre aspectos do PEST relevantes para discussão de projeto para o GEF (Global Environmental Facility).

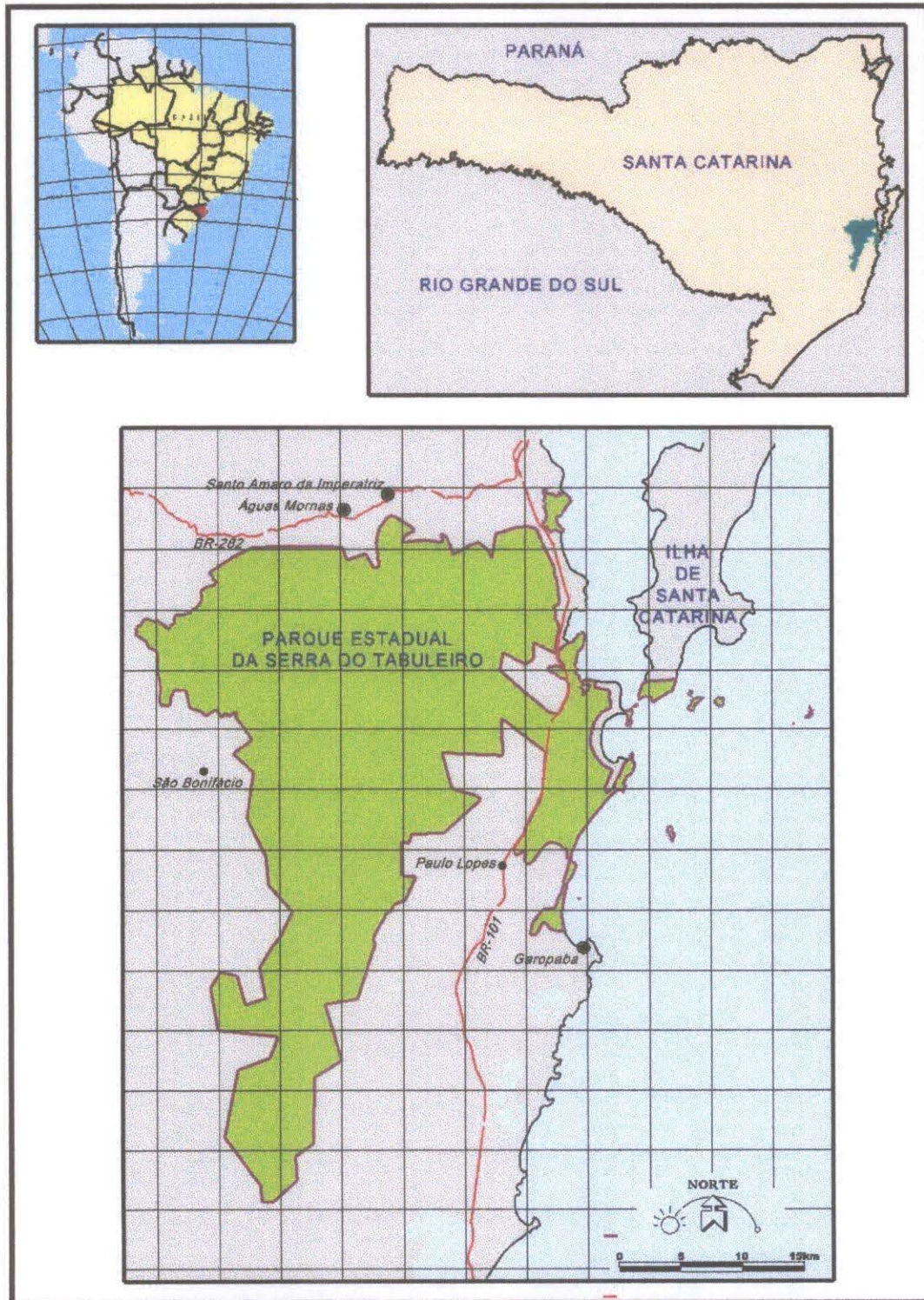
## 2. LOCALIZAÇÃO

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), localiza-se entre as latitudes de coordenadas geográficas 27°41'09" S e 28°12'42" S, e entre as longitudes 48°49'20" O e 48°25'08" O conforme a Figura 1.1. Pode-se considerar que o território do PEST é formado por duas grandes fisionomias: de um lado a serrana, composta pelas Serras do Tabuleiro e do Cambirela, além de parte da Serra do Capivari e, de outro, o ambiente de planície litorânea, que vai desde a foz do rio Massiambu, na margem direita até a Gamboa, excluindo as praias da Pinheira e Sonho e a Vila da Guarda do Embaú.

Além da área contínua, o Parque também engloba as Ilhas da Fortaleza, do Papagaio Pequena, do Papagaio Grande, Irmã Pequena, Irmã do Meio, Irmã de Fora, Moleques do Sul, Siriú, do Coral, e também a ponta Sul da Ilha de Santa Catarina. Na sua totalidade, soma uma área de 92.729,63ha ou 927,2963km<sup>2</sup>, conforme demonstrado na Tabela 2.1. Estes dados provêm de medições cartográficas. As medidas por demarcação, no entanto, apontam para um total de 87.405ha.



Figura 1: Localização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no estado de Santa Catarina.



**Tabela 1: Áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**

COMPONENTES DO PARQUE	ÁREAS EM ha	PERCENTAGEM
Área contínua do PEST	91.581,79	98,85
Mangue do Aririú (Área Anexada)	487,87	0,53
Ilha do Siriú	2,36	0,00
Ilha de Coral	35,04	0,04
Ilha do Papagaio Pequena	16,09	0,02
Ilha do Papagaio Grande	61,82	0,07
Ilha da Fortaleza	3,62	0,00
Sul da Ilha de Santa Catarina	353,65	0,38
Ilha Irmã Pequena	10,66	0,01
Ilha Irmã do Meio	78,96	0,09
Ilha Irmã de Fora	40,44	0,04
Ilha dos Moleques do Sul	17,03	0,02
Área Desanexada do Parque (Passo do Massiambu)	-40,21	-0,04
<b>ÁREA TOTAL DO PARQUE</b>	<b>92.649,12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: EPAGRI

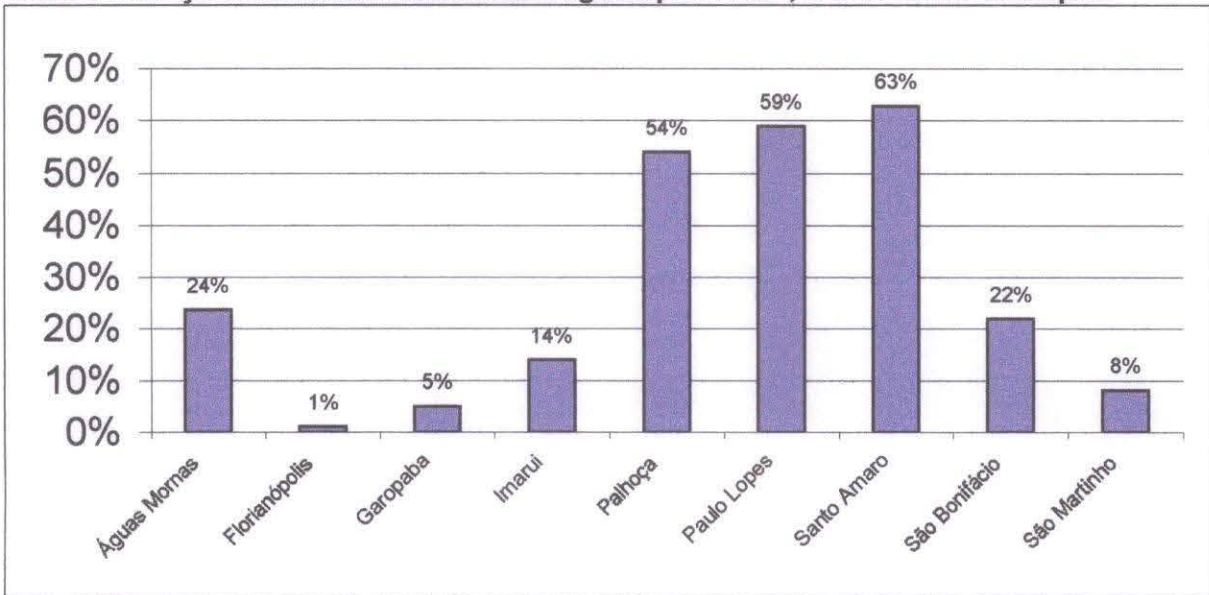
A área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é composta pelo conjunto territorial de parte de nove municípios do estado de Santa Catarina: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imaruí, São Martinho, São Bonifácio, Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz.

Para a criação do Parque os municípios disponibilizaram parte do seu território e, como se pode observar no gráfico 2.1, alguns mais que outros. De Florianópolis, Garopaba e São Martinho, o PEST ocupa uma pequena porção, 1%, 5% e 8%, respectivamente; de Imaruí, São Bonifácio e Águas Mornas, uma área um pouco maior, 14%, 22% e 24%; e de Palhoça e Paulo Lopes, praticamente metade do território, 54% e 59%, sendo que Santo Amaro da Imperatriz foi o município que deu a maior contribuição: cerca de 63% de suas terras compõem o conjunto do território do PEST.

Por outro lado, o gráfico 2.2 apresenta a participação relativa de cada município na área total do Parque. Neste caso, Paulo Lopes contribui com a maior área, 29%, seguido por Santo Amaro da Imperatriz, 21% e Palhoça, 19%. São Bonifácio, Águas Mornas e Imaruí participam respectivamente com 11, 9% e 8% da área da UC. Finalmente, São Martinho, 2%, Garopaba, 1%, e Florianópolis, menos de 1%, completam a totalidade das terras do PEST.

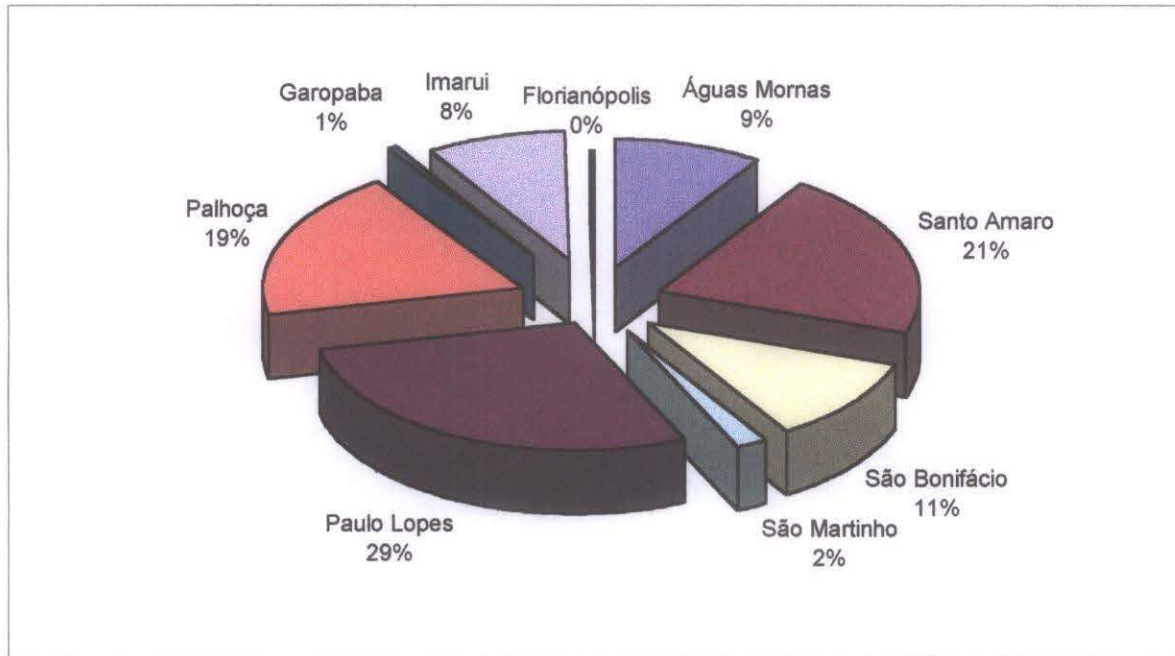


Gráfico 1: Porções territoriais relativas abrangidas pelo PEST, conforme os municípios



Fonte: EPAGRI

Gráfico 2: Composição territorial do PEST, segundo os municípios.



Fonte: EPAGRI

### 3. CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL

#### a) Regionalização do PEST:

Os Mapeamentos Sócio-Econômicos do Produto Básico do Zoneamento do PEST identificaram cinco regiões sócio-econômicas no entorno do Parque (figura 2). Estas regiões agrupam as 57 localidades distribuídas no entorno ou interior do Parque, e cada uma das regiões apresenta certa homogeneidade nas características e/ou tendências sócio-econômicas. Alguns fatores de desenvolvimento ou características físico-ambientais têm em sua presença são determinantes destes quadros de homogeneização, sendo os principais:

- Proximidade do pólo regional, representado pelo aglomerado urbano de Florianópolis;
- Presença da BR-101, gerando contato com o intenso público circundante e proporcionando acessibilidade ao pólo regional;
- Presença da BR-282, que interliga o Planalto Serrano e o Oeste Catarinense (emissores de migrantes) ao pólo regional (atrator de migrantes em busca de oportunidades de trabalho);
- Litoral de praias arenosas entrecortadas por costões, suscetíveis ao modelo turístico de "balnearização" da orla;
- Região montanhosa, com características culturais remanescentes da colonização germânica.

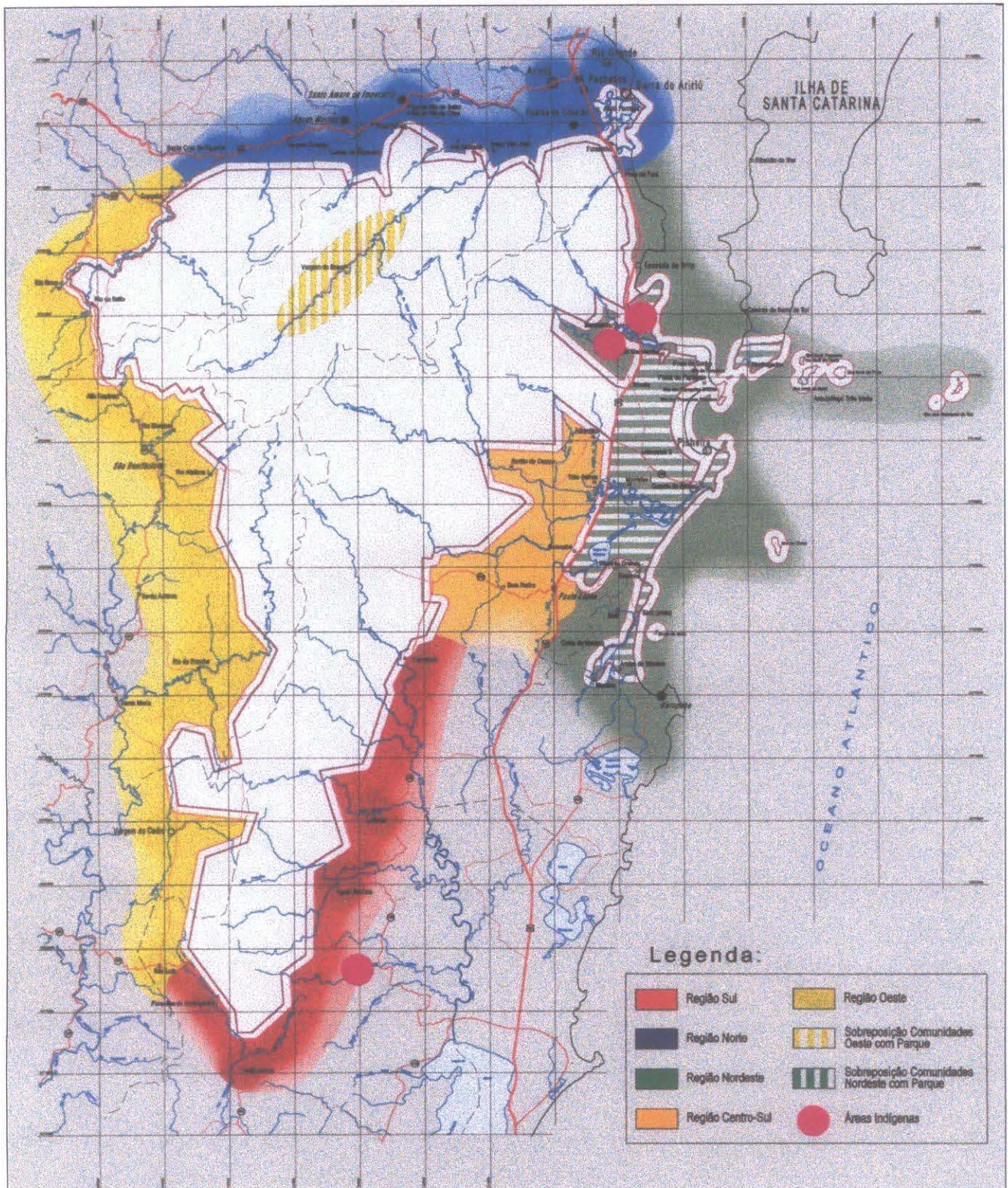
Do agrupamento de localidades, e como resultado natural quando considerados os fatores de desenvolvimento e as características físico-ambientais descritas anteriormente, chegou-se à percepção de 05 regiões sócio-econômicas distintas no entorno do Parque, como seguem:

- Região Norte: por estar sob influência direta do pólo regional, fazendo parte da própria conurbação do Aglomerado Urbano de Florianópolis, e estando sob influência tanto da BR-282 quanto da BR-101, esta região tem como grandes características a forte expansão da população residente (da periferia do pólo) e o estabelecimento do cinturão de produção de olerícolas para abastecimento do Aglomerado Urbano. Em função deste crescimento, tem também um setor de serviços em expansão. Outra característica é a presença de um pólo hoteleiro, associado às águas termais e ao agroturismo;
- Região Nordeste: aqui as características cênicas litorâneas, associadas à proximidade relativa com o pólo regional e à presença da BR-101 apontam claramente as tendências de balnearização. Há ainda uma comunidade remanescente de pescadores, mas sob forte pressão do movimento turístico. É social e culturalmente muito diversificada, fruto do processo de transformação agressivo pelo qual passa;
- Região Centro Sul: em função da presença da BR-101, ainda recebe algum efeito do pólo, fornecendo mão-de-obra. É uma região em transição, saindo da economia de subsistência e buscando novas alternativas;
- Região Sul: é a mais carente socialmente de todas as regiões do Parque. Ainda tem uma ligação forte com economia de subsistência, e em função da marginalização econômica tem sofrido forte êxodo rural;

- Região Oeste: de colonização germânica, tem forte ligação na economia familiar, com diversificação de produtos para a própria subsistência. No passado, o setor madeireiro foi muito forte, e ainda hoje há várias serrarias trabalhando com madeiras do norte ou de reflorestamentos. A pecuária é muito presente, e com tendência de expansão, inclusive com a busca pela caracterização como bacia leiteira, contando com indústrias para beneficiamento do próprio produto. O breve asfaltamento do acesso até a BR-282 deve incrementar o setor de olerícolas, já presente, para abastecimento do pólo regional. Isto deverá refletir-se também na potencialização do agro-eco-turismo, já em discussão.



Figura 2: Regiões sócio-econômicas do entorno





**b) População Indígena:**

Há no interior e no entorno do PEST três aldeias indígenas, que no entanto são estreitamente ligadas entre si. Uma destas áreas, com 121 há, está situada no Morro dos Cavalos (Palhoça), integralmente inserida pelo Parque. Este grupo conta com cerca de 100 pessoas. Outra aldeia está muito próxima, embora fora do Parque, localizado em Massiambu. Esta conta com cerca de 50 pessoas vivendo em uma área de 4,5 ha. A terceira aldeia estabeleceu-se mais recentemente em Imaruí, também fora do Parque, em área de 79 há, e conta com cerca de 30 pessoas.

#### **4. CONTEXTO DE IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO**

O PEST abriga cinco dos onze habitats florísticos considerados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) como prioritários para conservação na América Latina e Caribe.

Das 1.524 espécies de aves não-migratórias que vivem no Brasil, 182 (cerca de 12%) são endêmicas do país, ou seja, não existem em outros países. Destas 182 espécies, cerca de 15% são encontradas no PEST.

Outras 48 espécies de aves presentes no PEST, embora não sejam endêmicas do país, são endêmicas dos ecossistemas presentes no Parque, sendo consideradas então "quase-endêmicas", porque sua distribuição geográfica atinge os países vizinhos do Cone-Sul.

Para as plantas, as evidências também seguem no mesmo nível de importância:

Segundo Klein (1996, 1997), o PEST abriga pelo menos 27 espécies vegetais endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, e no Parque até agora foram descritas para a ciência 10 espécies novas de flora, incluindo *Philodendron renauxii* Reitz e *Anthurium pilonense*. Também para os grupos botânicos estes números devem aumentar consideravelmente com pesquisas adicionais.

Os cinco principais ecossistemas do PEST (figura 3), todos no Domínio da Mata Atlântica, são os seguintes:

**a) Floresta Ombrófila Densa, ou Floresta Atlântica:**

Este tipo de floresta é a vegetação dominante no Parque, cobrindo originalmente 83,86% e atualmente 75,23% da área total da Unidade.

A Floresta Atlântica é considerada um dos quatro "hotspots" mais importantes para a proteção da biodiversidade mundial, segundo a Conservation International. Atualmente restam apenas cerca de 8% da sua cobertura vegetal original no país. Deste remanescente, 33 mil Km<sup>2</sup> estão protegidos em Unidades de Conservação de todo o Brasil. Sendo assim, sozinho o PEST responde por quase 3% de toda a Floresta Atlântica incluída em áreas protegidas, e com cerca de 1% de todo o remanescente nacional deste ecossistema. Desta forma, o PEST destaca-

se como uma das maiores Unidades de Conservação brasileiras protegendo esta floresta, sendo de longe a maior no Estado de Santa Catarina.

No PEST ocorre ainda uma peculiaridade que amplifica muito sua significância para a conservação da biodiversidade da Floresta Atlântica como um todo: as cadeias de montanhas do Parque, ao aproximarem-se do litoral, formam um importante divisor fitogeográfico, ou seja, muitas das espécies vegetais não conseguem ultrapassar em suas dispersões e colonizações, seja pelo efeito do relevo ou das particularidades climáticas que resultam desta situação. Assim, cerca de dois terços das espécies vegetais que ocorrem na Floresta Atlântica ao norte do PEST não conseguem transpor esta barreira em direção ao sul da Unidade. Isto significa que na região do Parque está o limite sul de distribuição de uma enorme quantidade de espécies, e isto tem importantes conseqüências para a conservação da biodiversidade genética destas espécies e, conseqüentemente, para o ecossistema como um todo. Ademais, esta peculiaridade seguramente também afeta profundamente as dinâmicas de populações da fauna e as composições de comunidades faunísticas, o que interfere profundamente na biodiversidade, ou em como ela se manifesta. O conhecimento destes mecanismos e processos de regulação da distribuição de espécies certamente trará contribuições significativas para a conservação da Floresta Atlântica não apenas no PEST, mas em toda sua extensão.

A porção do PEST coberta pela Floresta Atlântica é ainda responsável pela manutenção de populações de uma grande quantidade de espécies de fauna e flora endêmicas, raras ou ameaçadas, típicas para este ecossistema, e possivelmente de uma quantidade de espécies ainda por serem descobertas e descritas. Marca da significância ecológica do Parque foi o registro "in loco", em 1996, da presença do **Gavião-real** (*Harpia harpyja*): esta espécie, ameaçada de extinção, atualmente é extremamente rara fora da Amazônia, e necessita grandes áreas para sobreviver. Isto atesta a importância estratégica do PEST, que abriga neste ecossistema também outras espécies muito exigentes em termos de conservação, das quais se destacam o macacu, a jacutinga, o papagaio-de-peito-roxo, o sabiá-cica, o pavó-do-mato, o puma, a anta e o bugio.

Como um tipo específico de Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) que merece destaque está a Floresta de Terras Baixas. Este ecossistema disputa a região da planície litorânea com a Restinga, e é representado por uma formação vegetal de composição e estrutura muito diferenciada. É dominada pela família botânica das mirtáceas, com muitas espécies de distribuição muito esparsa, necessitando de grandes áreas para a formação de suas populações. Pesquisas recentes com aves em outros remanescentes deste ambiente um pouco mais ao norte tem identificado e descrito alguns endemismos extremamente localizados. Por ocupar áreas planas e litorâneas, este ecossistema (uma tipologia da Floresta Atlântica) está praticamente dizimado ao longo de toda sua distribuição. No PEST, a Floresta de Terras Baixas ocupava originalmente cerca de 4,30% da área total do Parque, estando hoje reduzido a 0,37%.

#### **b) Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucária:**



Caracterizada pela presença da araucária e do xaxim, dentre outras várias espécies típicas, dos ecossistemas da Mata Atlântica este é um dos mais ameaçados. De ocorrência limitada por fatores climáticos, de solo e de relevo, este tipo de floresta foi intensamente explorado neste século ao longo de toda sua distribuição, em função principalmente das madeiras de altíssima qualidade, mas também dos xaxins e do pinhão (neste caso em muito como subsistência).

Este ecossistema também apresenta um número significativo de endemismos, sendo um dos centros de endemismo do Sul do Brasil (Centro de Endemismo do Paraná, segundo CRACRAFT, 1985).

No caso do PEST, a presença deste ecossistema assume uma especificidade particular. Apresenta-se como um enclave completamente isolado, cercado pela Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), e muito disjunto das Florestas de Araucária do Planalto Catarinense, dezenas de quilômetros a oeste. Este isolamento aponta para a possibilidade de variações genéticas importantes nas populações de várias espécies típicas deste ecossistema, tanto da fauna quanto da flora. Um outro aspecto muito relevante é o fato de neste enclave estarem coexistindo lado-a-lado espécies típicas das duas formações (Floresta Ombrófila Densa e Mista), o que representa uma comunidade florística rara, sendo talvez este o núcleo deste ecossistema mais próximo do litoral. Outro fato notável é a produção sazonal do pinhão, que inunda a região com um recurso alimentar não disponível normalmente na Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), o que deve ter um grande efeito diferencial sobre as comunidades faunísticas desta última.

O enclave deste ecossistema no PEST tem aproximadamente 10-12 Km de comprimento e 3,5 Km de largura, ocupando originalmente 3,57% e atualmente 3,20% da área total do Parque, ocupando principalmente os solos ondulados úmidos e compactos dos vales. Esta redução de área foi devido à exploração madeireira anterior ao Parque.

### **c) Campos de Altitude:**

Os campos nativos altimontanos presentes no PEST têm grande potencial para futuramente transformarem-se em uma das maiores "vedetes" da importância do Parque para a conservação da biodiversidade. Por estarem completamente isolados dos grandes campos do Planalto Catarinense, constituir-se em ecossistema extremamente frágil e sujeito a condições muito adversas (de clima e solo), e por serem compostos por espécies bastante adaptadas, e conseqüentemente típicas, há grandes chances de este isolamento ter resultado em diferenciação de diversas espécies para serem descritas para a ciência e, portanto, endemismos extremos.

Apesar da ausência completa de coletas científicas nestes campos do PEST, em visita a campo foi encontrada a bromélia *Vriesia hoehniana*, que antes era conhecida apenas para os campos (também isolados) dos Morros de Iquererim e Monte Crista (norte do Estado), considerados como área das mais ricas em endemismos em Santa Catarina.

O IBGE (1990) sugere a possibilidade de estes Campos Altimontanos do PEST serem relictos de uma vegetação muito mais antiga, onde comumente as espécies de plantas que ocorrem mostram-se raras, endêmicas, ameaçadas ou de distribuição disjunta.

No PEST, os Campos de Altitude correspondem a 3,17% da área total.

#### **d) Manguezais:**

O PEST inclui três áreas de manguezais: a foz do rio Cubatão (a maior área), as margens do rio Massiambu e as margens da Lagoa do Ribeirão. Estas áreas originalmente abarcavam cerca de 0,81% da área total do PEST, atualmente ocupam 0,53%.

Para este ecossistema também o PEST representa um marco fitogeográfico, sendo que a *Rizophora mangle*, que é uma das mais típicas e marcantes espécies do manguezal, tem seu limite sul de distribuição dentro do Parque. De fato, ao sul do Parque não ocorrem mais manguezais enquanto ecossistemas típicos.

#### **e) Restingas:**

No PEST encontra-se um dos maiores complexos de Restinga do Sul do Brasil, com a mais evoluída flora deste ecossistema nesta região brasileira.

Nas Restingas do Parque estão diversas espécies de grande relevância e cuja ocorrência lado-a-lado é incomum. Um destes exemplos é a preciosa ocorrência da cavalinha (*Equisetum giganteum*), representante de um dos grupos vegetais mais antigos existentes (350 milhões de anos), e cuja distribuição geográfica é muito irregular.

Mais uma vez, numerosas espécies típicas da Restinga brasileira tem seu limite sul de distribuição nas restingas do Parque, não sendo encontradas ao sul deste. Por outro lado, neste caso acontece também o inverso: algumas espécies típicas da restinga do sul chegam até o Parque, mas não ultrapassam para o norte, ou quando o fazem, é de forma muito irregular.

Como nos casos dos ecossistemas anteriormente citados, onde ocorrem no PEST limites de distribuição de espécies, também aqui deve-se ressaltar que as populações que vivem no limite de distribuição são extremamente importantes para a conservação destas espécies. Isto deve-se em parte porque muitas vezes estas são populações geneticamente únicas, e em parte porque são ecologicamente testadas quanto às tolerâncias da espécie, levando a extremos as estratégias de sobrevivência e dispersão.

Toda esta situação faz da Restinga no PEST uma amostra única deste ecossistema. Originalmente as restingas cobriam 7,23% da área total do Parque, ao passo que hoje representam apenas 4,00% do total.

Integrados a este ambiente de Restinga estão também alguns habitats particulares, como as Lagoas do Ribeirão e Siriú (ligadas intermitentemente ao mar por canais naturais), e os meandros e barras dos rios Massiambu e da Madre, que diversificam ainda mais a riqueza biológica e o conjunto paisagístico local.



Notório destaque cabe também ao imenso patrimônio cênico representado pelos cordões arenosos semi-circulares da Restinga, monumento geomorfológico testemunho da deposição arenosa e formação da planície quaternária.

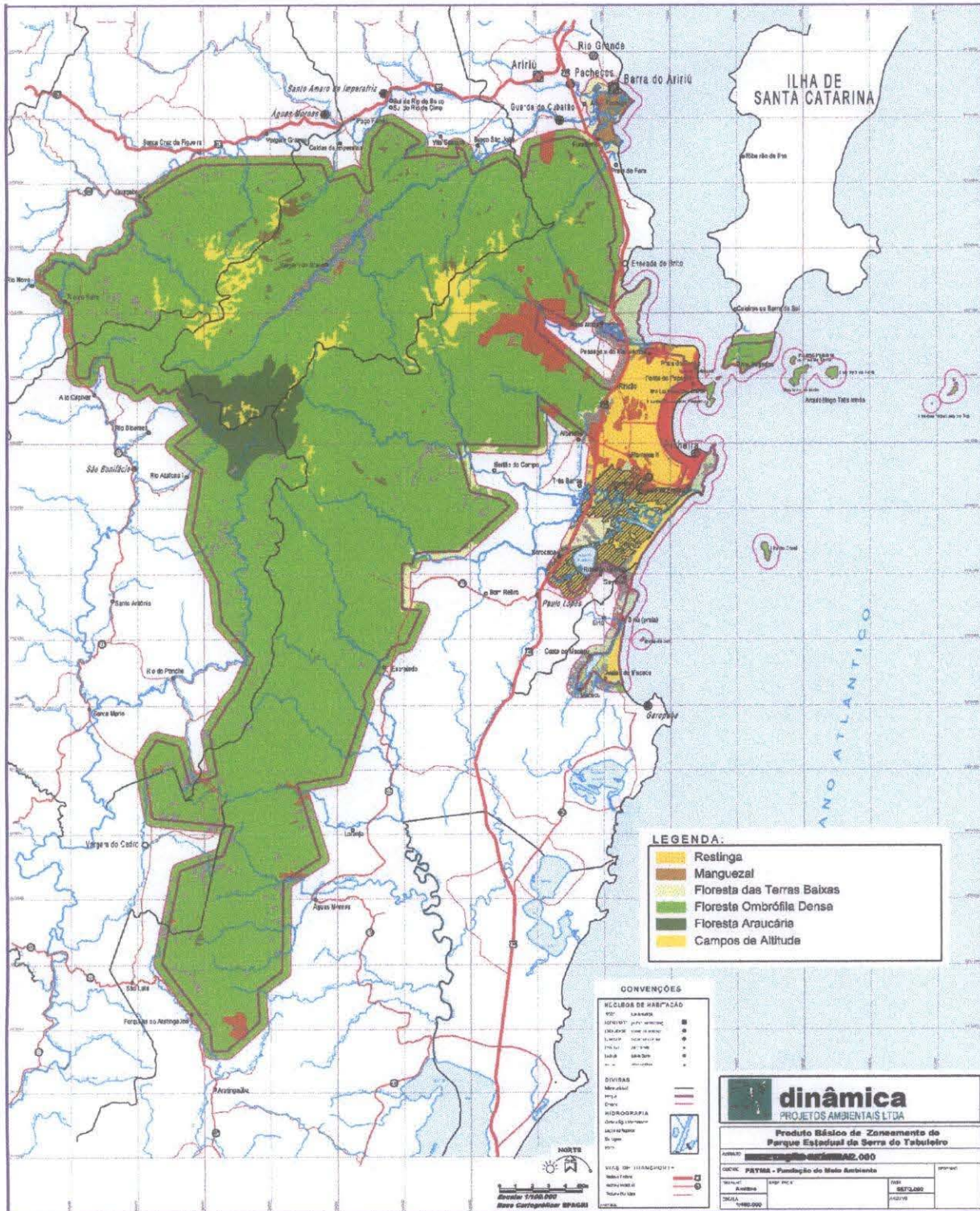
Também dignos de notas estão os costões rochosos e as praias arenosas, conformando um litoral entrecortado com promotórios, baías e enseadas. Finalmente, as dunas, que em Siriú e Areias do Macacu (Garopaba) atingem grandes proporções.

Da Restinga partindo-se para o ecossistema litorâneo, de forma mais ampla, têm-se o mar costeiro. Apesar de não estar incluído no PEST, este banha ou circunda o Parque por uma grande extensão. Estas áreas marinhas estão incluídas, inclusive pelas características do contorno do litoral mencionado, dentre as mais importantes para a sobrevivência de uma espécie ameaçada de extinção de importância internacional: a baleia-franca. No inverno, estes animais migram do sul do continente até a região do Parque e arredores, onde têm seus filhotes e os amamentam até a primavera, em meados da qual retornam para o sul (Argentina).

Também no mar estão as diversas ilhas que fazem parte do PEST. Estas têm diferentes características, tamanhos e ambientes. O maior destaque, no entanto, vai para a Ilha Moleques do Sul, onde recentemente foi descrito uma nova espécie de mamífero (um preá, *Cavia intermedia*). Este talvez seja um dos mamíferos de menor distribuição geográfica em todo o planeta, pois é conhecido apenas para esta pequena ilha. Além disto, por ser espécie relacionada a outras similaridades continentais, pode ser muito útil na compreensão da evolução do litoral desta parte da costa brasileira.

Além das importâncias específicas de cada ecossistema que compõe o PEST, há uma questão de conjunto extremamente relevante: a comunidade biótica da região do PEST é singular, pois está sob efeito de uma condição única, resultante da associação intrincada de ecossistemas tão próximo. Isto aponta para uma potencial de biodiversidade (e diversidade genética e ecológica infra-específica) muito superior ao que se tem documentado até agora. São, portanto, urgentes sua conservação e sua pesquisa adicional.

Figura 3: Mapa dos ecossistemas





## 5. AMEAÇAS E RISCOS À BIODIVERSIDADE E INDICAÇÕES DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Nos levantamentos do Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foram identificados inúmeras ações que estão ocorrendo na região do Parque e que são conflitantes com os objetivos desta Unidade, dentre eles a conservação da biodiversidade. Muitos destes conflitos manifestam-se de forma heterogênea nas diversas áreas do Parque, e seus efeitos também podem ser de maiores ou menores magnitude e importância dependendo das características e fragilidades de cada ecossistema ou conjunto de espécies.

Estes conflitos, de forma geral, assumem também risco elevado quando fragmentam os habitats ou as populações das espécies, prejudicando o fluxo genético entre estas, ou inviabilizando a presença de espécies dependentes de grandes territórios. Igualmente danosa é a redução das populações de várias espécies, seja resultado da referida fragmentação de habitats, seja em função da exploração direta ou competição com outras espécies invasoras.

A seguir estão resumidos alguns dos principais conflitos e ações de risco à biodiversidade identificados nos trabalhos anteriores, para cada ecossistema do Parque:

### a) **Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica):**

Este ecossistema foi historicamente depredado em toda sua distribuição original pelas atividades madeireiras e pela expansão das fronteiras agrícolas. Um dos motivos da criação do PEST foi justamente deter estes processos e salvaguardar uma amostra de tão importante ecossistema. Ainda assim, no passado houve uma exploração seletiva de madeira no interior do Parque, embora a capacidade de regeneração espontânea da floresta seja suficiente para apagar estas feridas do passado. Entretanto, atualmente ainda continua a haver retirada ilegal de madeira, ainda que em escala muito menor. Para isto, as soluções indicadas são fiscalização efetiva e envolvimento das comunidades locais com a conservação do Parque.

Quanto às áreas de ocupação agrícola e pecuária, há presença destas no interior do Parque, sendo a maior concentração na sua região Oeste.

Os maiores riscos associados a esta atividade são a fragmentação de habitat, os conflitos com espécies nativas, o aumento de acessibilidade para caçadores e muitas vezes a contaminação por agrotóxicos. As soluções passam pelo processo proposto adiante neste documento, na Zona de Recuperação Especial.

Um outro problema relacionado a este ecossistema é a retirada de palmito, que parece atingir níveis maiores nas regiões Centro-Sul e Sul do Parque. A solução passa também por fiscalização efetiva e envolvimento comunitário (envolvendo alternativas de renda).

A caça furtiva, por sua vez, ainda representa pressão razoável sobre algumas espécies importantes deste ecossistema, o que assume relevância ainda maior quando se tratam de espécies ameaçadas. Fiscalização e envolvimento comunitário são as soluções apontadas.

Um outro problema pendente é a presença de reflorestamentos com exóticas no interior (ou nas proximidades) do Parque. A implantação destas áreas (com o impacto da destruição localizada de hábitat) aconteceu no passado. No entanto, a presença ainda hoje dos reflorestamentos leva a dois problemas: por um lado, impede a regeneração natural do hábitat original, e por outro lado serve de fonte de dispersão das exóticas (principalmente pinus) pelos ecossistemas naturais (veja em Restinga e Campos de Altitude). A solução passa por negociar com os proprietários planos de corte e retirada planejados no sentido da recuperação futura do ambiente.

Questões também relativas à presença de espécies exóticas cultivadas, e que podem representar algum risco à fauna deste ecossistema, são a apicultura e a piscicultura. Por competir com (ou perseguirem) as espécies nativas, estas atividades podem representar danos à biodiversidade local. Propõe-se avaliar especificamente a magnitude destes riscos, e incentivar-se alternativas de cultivo de espécies nativas substitutas com finalidade econômica, além de adotar-se técnicas de controle dos possíveis riscos na atividade produtiva.

Ainda como exóticas, sendo espécies vegetais invasoras (não comerciais), estão o lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) e a piteira (*Furcroya gigantea*), que estão avançando espontaneamente em áreas onde o ambiente está sendo alterado, prejudicando os processos de regeneração natural. Propõe-se avaliação e controle dos focos de dispersão, embora este ainda não seja uma problema alarmante.

Outro problema presente (de forma localizada) é a abertura de acessos, estradas e linhas de transmissão, que além de facilitar entrada de caçadores e coletores de palmito, ainda em muitos casos provocam erosão e carreamento de sedimentos. As soluções devem ser específicas, e podem ser apontadas no Plano de Manejo.

Associados às trilhas e acessos estão às atividades esportivas de enduro e jeep-cross, que perturbam a fauna e danificam os acessos. Deve-se estimular outros locais (fora do Parque) para a prática desta atividade.

Como mencionado no capítulo anterior, uma das tipologias da Floresta Atlântica mais ameaçadas é a Floresta de Terras Baixas. Por localizar-se em áreas planas e úmidas, estando adaptada a estas condições, esta Floresta está sendo profundamente prejudicada pela drenagem das terras, bem como pela fragmentação dos remanescentes e pela atividade pecuarista. A solução passará pelas discussões da Zona de Recuperação Especial.

#### **b) Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária):**

Um dos riscos que afeta este ecossistema é a redução da vegetação que ocorreu no passado. Deve-se portanto permitir a regeneração e recomposição, e para tanto sugere-se suprimir a presença do gado.

A coleta do pinhão também representa um problema, na medida em que reduz o potencial de produção de novas mudas e diminui o recurso alimentar para a fauna local, a qual por sua vez tem importante papel como dispersora.

A presença de atividades de enduro e jeep-cross também interfere, tanto por afugentar a fauna como por pisotear áreas em regeneração natural. Embora estas atividades ainda não tenham grande dimensão, claramente estão em expansão.

**c) Campos de Altitude:**

Considerando suas peculiaridades de biodiversidade e de condições ecológicas extremas (solo e clima), este ecossistema é extremamente vulnerável a perturbações.

Neste sentido, os grandes riscos identificados foram a ocorrência do fogo provocado e a presença do gado, que implica em pastoreio, pisoteio e introdução de exóticas. Recomenda-se fortemente incentivar práticas de manejo do rebanho mais adequadas, intensivas e rentáveis (nas áreas fora do Parque), de forma que os produtores não necessitem mais desta prática de manejo extensiva nos Campos de Altitude.

Um outro problema é a dispersão espontânea de pinus, oriundo de propriedades na periferia do Parque. Neste caso, recomenda-se avaliar técnicas de controle da dispersão, além de ações de controle das plantas que conseguem estabelecer-se. Outra alternativa é estimular substituição da espécie utilizada em reflorestamentos com finalidade econômica na região.

**d) Manguezais:**

O principal dos manguezais do PEST está na região da foz dos rios Cubatão e Aririú. Estes rios drenam por bacias hidrográficas densamente ocupadas, e que recebem pesadas cargas de agrotóxicos, efluentes domésticos e industriais, e sedimentos, carregados tanto de solos desprotegidos quanto das barrancas dos rios, erodidas pela ausência de mata ciliar e agravado pelas extrações comerciais de areia. Toda esta carga acumula-se nos manguezais e na baía em frente a estes, e já são visíveis no ecossistema os efeitos decorrentes, com mortandade de árvores. A solução deve passar por um amplo trabalho de planejamento, orientação e controle de ações corretivas nas bacias hidrográficas. Projeto neste sentido já está em discussão através da Procuradoria Estadual de Justiça.

Outro problema dos manguezais do Cubatão/Aririú é a expansão urbana da periferia de Palhoça, que tanto tem provocado aterros e ocupações quanto tem levado à coleta de lenha, moluscos e crustáceos. A solução passa por fiscalização e envolvimento das comunidades.

**e) Restingas:**

No PEST, este ecossistema tem estado sujeito a um conjunto extremamente diversificado de ações que representam riscos à biodiversidade. Dentre estas, três destacam-se pela importância e magnitude:

- a expansão da ocupação urbana (diversas vilas e balneários), com a suspensão pontual e fragmentação dos habitats. Este problema tende a agravar-se progressivamente, associado ao interesse de balnearização e à pavimentação/ampliação de rodovias (SC-433 e BR-101, respectivamente). A solução para isto passa pelas discussões da Zona de Recuperação Especial;
- proliferação descontrolada de pinus, a partir de reflorestamentos existentes dentro do Parque e no entorno. A solução é projeto específico, intensivo e continuado, de controle dos focos e efeitos; este trabalho deve preocupar-se também com outras exóticas, como por exemplo eucalipto, *Casuarina equisetifolia* (casuarina) e gramíneas. Associado a isto deve haver também



incentivo à substituição das espécies utilizadas em reflorestamentos econômicos por outras mais adequadas, ou aplicar-se técnicas rigorosas de controle da dispersão;

- a criação extensiva de gado no ecossistema, que leva ao sobrepastoreio, pisoteio e dispersão de espécies exóticas. Solução é negociação e acordo com criadores, partindo de um Termo de Ajustamento de Conduta já celebrado anteriormente.

Diversas outras ações problemáticas também devem ser citadas, como drenagens de ambientes naturais úmidos, ampliação de pastagens, queimadas e aterros. Para estas ações a solução é fiscalização efetiva e monitoramento contínuo.

Para os ambientes aquáticos da Restinga no PEST (rios e lagos), há dois problemas básicos. Um deles vem do exterior do Parque, representado pela carga de agrotóxicos proveniente das extensas riziculturas no entorno. Para isto, a solução seria controle ambiental e licenciamento, e estímulo à substituição de atividade. O outro problema é a pesca nas lagoas e rios, que tanto é feita por pescadores locais dependentes da atividade quanto por pescadores esportivos das cidades próximas. A solução seria busca de alternativas econômico-sociais e controle e fiscalização.

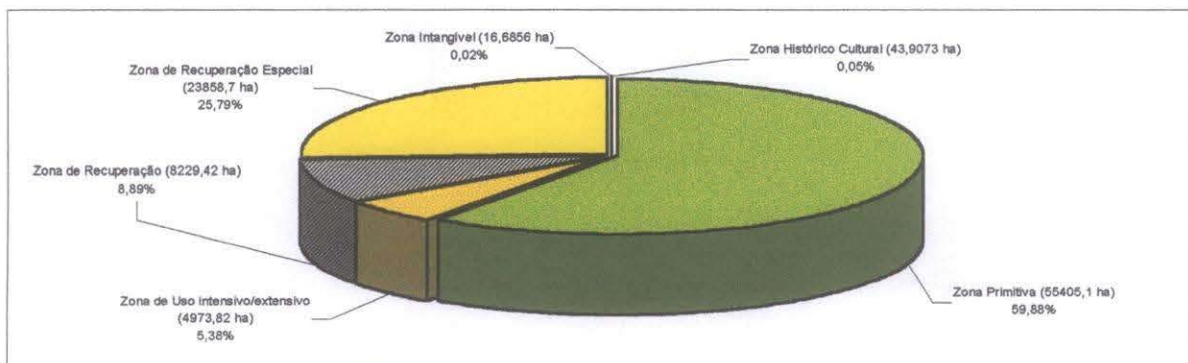
## 6. A PROPOSTA DE ZONEAMENTO

As zonas de uma Unidade de Conservação visam organizar espacialmente a área em distintas parcelas com seus respectivos graus de proteção e intervenção, para contribuir no cumprimento dos objetivos de manejo. A definição das zonas indica a destinação das mesmas, respeitando-se o grau de integridade dos ambientes que as compõe. A Lei 9.985 de 18/07/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, determina zoneamento em seu artigo 2º inciso XVI como "definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz".

Para a definição das Zonas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (figura 5), nos baseamos nas definições do Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, artigo 7º) adotadas pelo roteiro metodológico do IBAMA (1996). Exceção é a proposta de Zona de Recuperação Especial (ver adiante), embora esta seja considerada como sub-divisão da Zona de Recuperação, a qual por sua vez é prevista nos documentos referenciais supra-citados.

A construção da proposta de Zoneamento aqui apresentada teve como base norteadora os diversos mapas temáticos oriundos dos mapeamentos sócio-econômico e de dinâmica dos recursos naturais. A partir daí produziu-se o Mapa de Zoneamento, que foi apresentado e discutido com o Grupo Consultivo do Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Este grupo foi instituído pela FATMA, e é composto por representantes técnicos das diversas instituições do Estado que tem alguma correlação com a questão do Parque e seu entorno.

Após isto, a proposta foi apresentada à comunidade em dois seminários abertos (ocorridos em 15/08/00 e 05/10/00), e em reuniões com algumas das comunidades locais ocorridas entre os dois seminários (Vargem do Cedro, São Bonifácio, Vargem do Braço, Garopaba e Baixada do Massiambu).



**Gráfico 3: percentuais de abrangência de áreas das distintas zonas**

Conforme os estudos do diagnóstico da área e as considerações a respeito da categoria de manejo Parque, relacionamos a seguir as distintas zonas proposta para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e suas respectivas definições, objetivos de manejo, descrições e normas:

- a) Zona Intangível: é aquela onde a natureza permanece intacta, não tolerando-se quaisquer alterações humanas, representado o mais alto grau de preservação. É dedicada à proteção integral de ecossistemas e recursos genéticos e ao monitoramento ambiental.
- Objetivo Geral do Manejo: preservação com garantia da evolução natural.
  - Descrição: nesta categoria de zona este estudo incluiu somente o arquipélago das Ilhas Moleques do Sul, uma vez que desta área têm-se informação científica suficiente que atesta sua relevância científica e seu alto grau de fragilidade. Estas ilhas abrigam importantes colônias de reprodução de diversas espécies de aves marinhas. Além disso, na maior das ilhas ocorre uma espécie de pequeno mamífero (um preá – *Cavia intermedia*) endêmico, conhecido apenas para este local.
  - Normas:
    - a fiscalização e o monitoramento deverão impactar o mínimo possível, devendo ser feito preferencialmente de barco ou aeronave;
    - é vedada a visitação desembarcada;
    - a pesquisa científica será permitida apenas quando plenamente justificada. Além dos trâmites legais previstos para serem realizadas em Unidades de Conservação, estas deverão contribuir de forma reconhecidamente relevante para biologia da conservação, e não poderão impactar as populações das espécies locais.
- b) Zona Primitiva: é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.
- Objetivo Geral do Manejo: preservar ao máximo o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.
  - Descrição: perfaz cerca de 60% da superfície do Parque. Uma parte substancial desta área deverá futuramente ser enquadrada como Zona Intangível, com base em estudos mais detalhados da fauna e da flora. Isto é particularmente importante nas áreas de Campos de Altitude, tendo em vista sua situação de isolamento. Deverá ser avaliada ainda uma proposta de trilha longa que cruze todos os ambientes do Parque, e que passará por estas zonas primitivas. Tal trilha deve ser analisada como área para baixa atividade, voltada exclusivamente para educação ambiental, visitação científica ou interpretativa e trekking programado, passando a ser manejada como Zona de Uso Extensivo (em espaço e usos restritamente delimitados).
- Na região litorânea, algumas áreas com relativo grau de alteração foram incluídas neste tipo de zona. O objetivo disto foi salvaguardar com maior restrição áreas estratégicas para a recuperação de outras áreas na mesma região. No entanto, mesmo tendo sido classificadas como Zona Primitiva, estas áreas deverão passar por ações de manejo para recuperação, voltadas principalmente para o controle de exóticas invasoras.
- Normas:



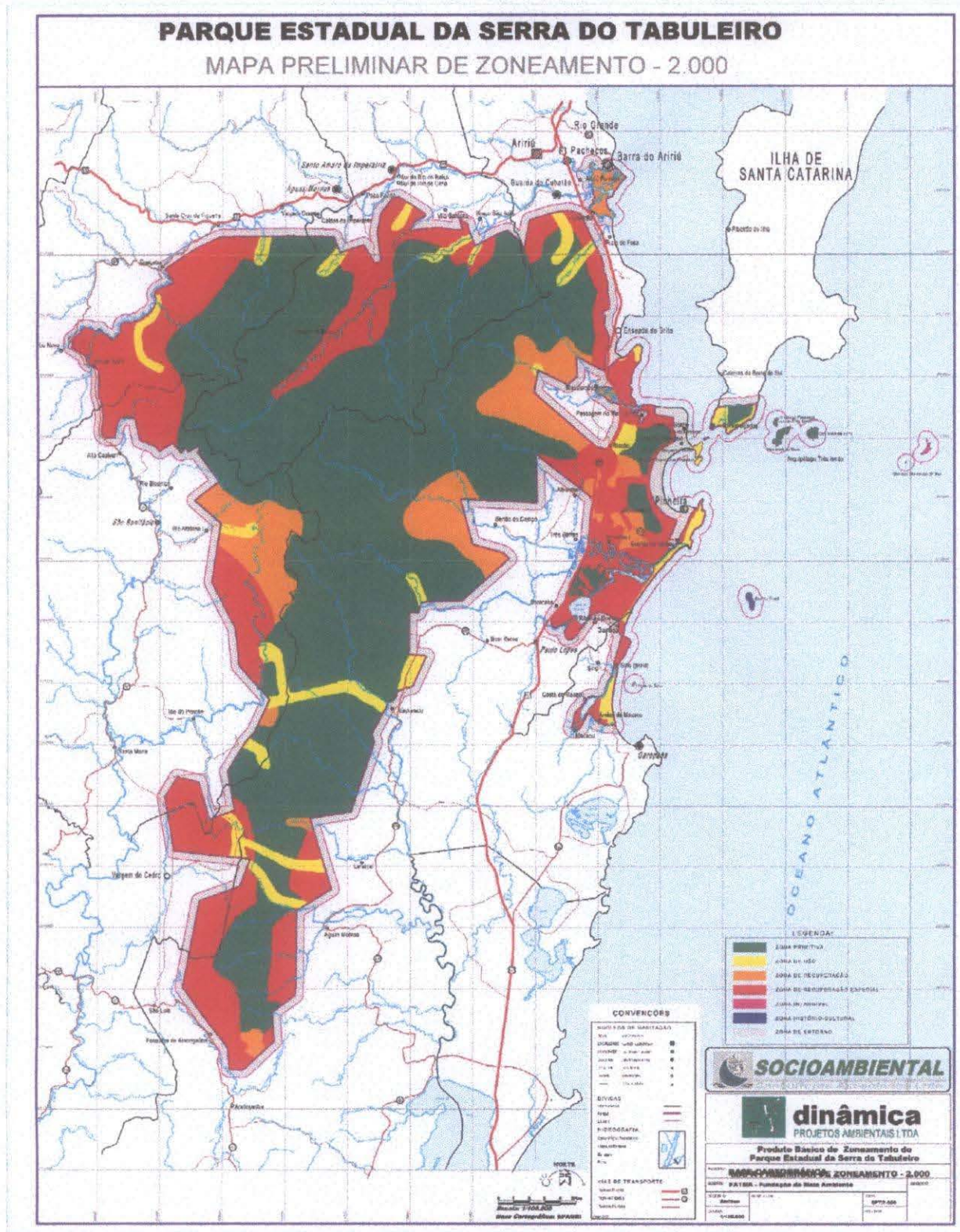
- as atividades de pesquisa deverão obedecer a normas definidas no Subprograma de Pesquisa e as atividades de educação e recreação deverão ser de baixo impacto e em apenas pequena porção dessa zona, a ser detalhadas no Plano de Manejo;
  - as trilhas para fiscalização e pesquisa devem se limitar principalmente às já existentes e causar o menor impacto possível;
  - as atividades desenvolvidas nesta zona devem ser bem monitoradas para verificação de possíveis impactos.
- c) Zona de Uso (Intensivo ou Extensivo): a definição entre as destinações de cada uma destas áreas como de Uso Intensivo ou de Uso Extensivo deverá ser feita no Plano de Manejo. A seguir, encontra-se a caracterização de Usos Intensivo e Extensivo:
- Zona de Uso Extensivo: é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma área de influência entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.
  - Objetivo Geral do Manejo: manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos.
  - Descrição: está situada principalmente em áreas com maior grau de interferência que a Zona Primitiva e em locais onde prevê-se um uso público um pouco mais intenso que naquela.
  - Normas:
    - as atividades desenvolvidas nesta zona não devem interferir em sua recuperação natural;
    - os equipamentos a serem instalados nesta zona devem ser poucos, pequenos, rústicos e muito simples;
  - Zona de Uso Intensivo: é aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços.
  - Objetivo Geral do Manejo: facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.
  - Normas:
    - apesar de nesta zona ser possível um uso mais intensivo, deve-se primar pela instalação de equipamentos e infra-estrutura harmonizados paisagisticamente;
    - as instalações sanitárias devem seguir os trâmites normais de licenciamento, seguindo um bom padrão técnico;
    - as atividades nesta zona deverão ser monitorados para a averiguação de possíveis impactos da visitação intensiva.
- d) Zona de Uso Especial: é aquela que contem as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas devem ser controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e também localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque.

- Objetivo Geral do Manejo: minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural do Parque. Esta zona dará apoio às atividades de fiscalização, pesquisa e administração.
  - Descrição: localiza-se na área da atual sede, na Baixada do Massiambu, e caracteriza-se por abrigar a sede administrativa e outras estruturas de apoio à administração e à fiscalização.
  - Normas:
    - instalação de equipamentos e infra-estrutura harmonizados paisagisticamente;
    - as instalações sanitárias devem seguir os trâmites normais de licenciamento, seguindo um bom padrão técnico;
    - esta zona não terá livre acesso à visitação.
- e) Zona de Recuperação: é aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. É uma zona provisória, pois uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes.
- Objetivo Geral do Manejo: deter a degradação dos recursos e/ou restaurar a área.
  - Descrição: esta zona corresponde às áreas cobertas por culturas abandonadas, pastos, capoeirinha e capoeira, onde o processo de regeneração vegetal ainda é inicial ou médio. Inclui também as áreas de reflorestamentos existentes no Parque, bem como áreas onde houve dispersão natural de exóticas.
  - Normas:
    - as áreas a serem recuperadas devem sofrer um intenso monitoramento, sobretudo aquelas com maior vulnerabilidade aos processos erosivos;
    - a verificação das áreas mais vulneráveis deverá apontar, no Plano de Manejo, aqueles locais que exigirão uma recuperação ativa (com intervenção do homem);
    - estas áreas só poderão ser visitadas pelo público em programas de educação ambiental, com o objetivo de observar o processo de regeneração.
- f) Zona Histórico-Cultural: onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas para a visitação, a pesquisa e a educação.
- Objetivo Geral do Manejo: proteção dos sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.
  - Descrição: foram incluídos nesta zona a ponta sul da Praia de Naufragados, onde encontram-se o farol e uma bateria de canhões do início do século, a ilha de Araçatuba, onde existem as ruínas da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição destruída em meados do século XVIII, e a Ilha do Coral, onde ocorrem gravuras rupestres.
  - Normas:
    - visitação controlada com caráter educativo.
    - Intervenções devem ocorrer sob normatização e supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN).
- g) Zona de Recuperação Especial: tem o mesmo conceito básico e objetivo de manejo da Zona de Recuperação convencional, no entanto aplica-se onde há concentração da ocupação do solo por moradores locais. É de caráter transitório, devendo evoluir para Zona de Recuperação convencional. Os passos para sua definição precisa e normatização são descritos a seguir:

- Levantamento aerofotogramétrico e cadastral em escala mínima 1:5.000, com objetivo de precisar exatamente as áreas ocupadas;
- Reclassificação das grandes áreas apontadas como ZRE, agora com uma escala que permita precisar melhor seus limites. Com esta precisão, algumas partes podem ser reclassificadas como uma das outras zonas convencionais de um Parque;
- Nas áreas socialmente importantes, definidas precisamente em escala adequada, deverá ser feito então contato propriedade por propriedade, definindo-se no campo as áreas utilizadas e os tipos de uso;
- Após esta avaliação detalhada do uso, deve haver então a normatização destes, buscando adequá-los progressivamente aos objetivos de conservação da biodiversidade até que seja possível a regularização fundiária;
- Paralelamente, deve haver a realização das Discriminatórias Administrativas nestas áreas (nos casos em que ainda não tenham sido feitas), para definir quem realmente tem os direitos sobre a propriedade, e conseqüentemente se podem participar deste programa de microzoneamento;
- A normatização dos usos inclui a definição das porções utilizáveis e não utilizáveis de cada propriedade, e apontará uma escala de sucessão de usos possíveis ao longo da escala de tempo. Assim, alguns usos poderão ter um prazo para serem substituídos por outros progressivamente, sendo este prazo variável por exemplo de alguns meses até anos, décadas ou gerações. Desta forma, de um lado os usos vão adequando-se para reduzir o seu impacto sobre o ambiente, e por outro lado ter-se-á uma escala de tempo definida para realizar-se o planejamento estratégico das soluções definitivas;
- Assim como o prazo de substituição de cada tipo de uso é variável, também pode ser variável, o tempo para as soluções definitivas (inclusive fundiárias) de local para local. Isto é justificado tanto com base nas prioridades de conservação quanto com base na relevância estratégica para redução do impacto social das soluções (por exemplo, reassentamentos ou relocações);
- Todas estas ações devem ser concebidas como um programa articulado. Deve haver neste programa uma componente voltada para o apoio tecnológico, orientação e capacitação dos proprietários para viabilizar as adequações / alterações de suas atividades ao longo do tempo;
- Uma vez definidas as especificidades de cada caso, deve-se proceder à formulação de acordos com os proprietários, na forma de Termos de Uso ou Termos de Ajustamento de Conduta. Estes procedimentos são fundamentais como referência legal para a gestão futura e para a compatibilização de uso direto (temporário) com o contexto jurídico de um Parque;
- Os programas devem estimular também alternativas locacionais, isto é, devem catalisar condições positivas para que aqueles proprietários que hoje dependem das terras no Parque possam progressivamente ir buscando opções de atividades mais atraentes no entorno do Parque, reduzindo sua dependência. Isso deve ser planejado de forma a não provocar os efeitos danosos de um simples processo de êxodo, e por outro lado deve estar voltado para incentivar atividades ambiental, cultural e socialmente compatíveis no entorno da Unidade de Conservação.



Figura 4: Mapa de Zoneamento do PEST - 2000



- **Projeto de Lei Nº 469.7/00 e Justificativas**

---

**Ementa: Dispõe sobre desanexação de áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**

**Procedência: Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) – 13 de Dezembro de 2000**

1755



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO DEPUTADO LICIO MAURO DA SILVEIRA  
Palácio Barriga-Verde



**PROJETO DE LEI N.º 469/00**

***Dispõe sobre desanexação de área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.***

Art. 1º - Serão desanexadas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro as terras necessárias e indispensáveis a duplicação da BR-101 ao longo de todo o parque ; as compreendidas entre a BR-101 e o Oceano Atlântico no Município de Palhoça ; e as terras pertencentes a reserva indígena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2000.

*Licio Mauro da Silveira*  
**Deputado Licio Mauro da Silveira**  
**1º Secretário**

LIDO NO EXPEDIENTE  
SESSÃO de 13/12/00  
As Comissões Permanentes  
*[Signature]*  
1º SECRETÁRIO





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO DEPUTADO LICIO MAURO DA SILVEIRA**  
*Palácio Berriga-Verde*



**JUSTIFICATIVA**

1. Permitir a duplicação da BR - 101, que é uma necessidade inadiável para o Sul de Santa Catarina, pois com a duplicação já realizada até o trevo de Palhoça - Santo Amaro da Imperatriz, o tráfego no sentido norte e sul torna-se uma garganta, o que deverá aumentar sensivelmente o número de acidentes e de vítimas fatais entre este trevo e a divisa do Rio Grande do Sul.
2. A manutenção dos Índios em suas terras atuais, possibilitando assim o prosseguimento da cultura indígena, bem como, a proteção e continuidade dos descendentes desses silvícolas.
3. Possibilitar o abastecimento de água potável a aproximadamente 6.000 pessoas residentes nesses locais e que por proibição da FATMA, não conseguem perfurar os poços artesianos que estão dentro da reserva do Parque.
4. Possibilitar o asfaltamento das estradas existentes dentro do parque, principalmente as que dão acesso aos balneários Praia do Sonho e Pinheira, que além de melhorar as condições do transporte dos residentes fixos, aumentariam sobremaneira a frequência de turistas na região, trazendo divisas para o município que serviriam para melhoria da qualidade de vida dos residentes.
5. Permitir a iniciativa privada investir na região promovendo o desenvolvimento sustentado.
6. Permitir a implantação futura de sistema de coleta e tratamento de esgoto para atender a população fixa da região, evitando assim a degradação das praias, a poluição dos lençóis freáticos e conseqüentemente as fontes de abastecimento de água.

- **Parecer e E-mail Resposta sobre o Projeto do Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB)**

---

**Relatora: Deputada Ideli Salvatti – Bancada do PT – Apresentado e Acatado por Unanimidade na Comissão de Justiça**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 0469.7/00

**PROCEDÊNCIA:** Lício Mauro da Silveira

**EMENTA:** Dispõe sobre a desanexação de área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

**RELATORA:** Dep. Ideli Salvatti

**VOTO DE VISTA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

De autoria do Dep. Lício Mauro da Silveira a matéria, *sub examine*, versa sobre a desanexação de área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O projeto, em síntese, desanexa toda a área ao do parque compreendida entre a BR- 101e o Oceano Atlântico e as terras pertencentes à reserva indígena.

Após ter sido lido no expediente, a proposição teve parecer pela admissibilidade, exarado pelo eminente Deputado Antônio Aguiar, o qual ainda não foi submetido à votação.

Dessa forma, antes da votação do dito parecer na Comissão de Constituição e Justiça, solicitamos vista do projeto, para sua melhor análise.

Diante disto, podemos observar que a proposição trás profundos impactos ambientais e sociais, pois com a sua aprovação se estará atingindo não só o meio ambiente como também toda a população que residem naquela área.



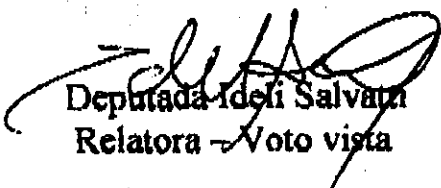


Assim, torna-se completamente impossível exarar um parecer compatível com a complexibilidade do presente projeto, motivo pelo qual propomos que seja baixado em diligência à FATMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente) ao IBAMA e à FEEC (Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses), bem como à Abrampa, (Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente), para que estes órgãos especializados elaborem um estudo dos impactos em decorrência da efetivação do presente projeto de lei.

Somente assim se terá condições de deliberar acerca da matéria.

Ante o exposto, apresentamos voto no sentido de que sejam providenciadas as diligências acima propostas.

Sala das Comissões, em 17 de abril do ano 2001.

  
Deputada Idefi Salvati  
Relatora - Voto vista

**Subject: RES: URGENTE II- Desanexação de área no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**

**Date: Tue, 17 Apr 2001 16:07:35 -0300**

**From: Ideli Salvatti <IS12870@alesc.sc.gov.br>**

**To: 'Marcos Da-Ré' <dare@yatech.net>**

-----Mensagem original-----

De: Marcos Da-Ré [<mailto:dare@yatech.net>]

Enviada em: Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2001 19:11

Para: Instituto Socioambiental

Assunto: En: URGENTE II- Desanexação de área no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Prioridade: Alta

Caro Marcos,

Gostaríamos de lhe informar que hoje, dia 17/04/2001, foi votado o nosso parecer sobre o projeto do Lício Mauro da Silveira (PPB), Desanexação do Parque do Tabuleiro, no qual apontamos a necessidade de solicitar estudos sobre os impactos sócio-ambientais oriundos da desanexação do Parque.

Para nossa alegria o nosso parecer (Bancada do PT, representado na Comissão de Justiça pela Dep. Ideli) foi acatado por unanimidade. Entre os órgãos que estarão enviando estudos de impacto estão: Fatma, Ibama, Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, a FEEC.

Temos que estar atentos e acompanhar o processo.

Agradecemos o fato de vocês estarem instrumentalizando o nosso mandato e estar nos alertando da gravidade de projetos dessa natureza.

Um abraço e estamos às ordens

Cristina Nunes (Assessoria Ambiental)

- **E-mail Resposta Informando sobre os Tramites Legais do Projeto de Lei do Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) e do Parecer a Comissão de Justiça da Deputada Ideli Salvatti (PT)**



**Subject: Parque do Tabuleiro - A/C Alexei**

**Date: Tue, 24 Apr 2001 15:09:05 -0300**

**From: Ideli Salvatti <IS12870@alesc.sc.gov.br>**

**To: "dare@socioambiental.com.br" <dare@socioambiental.com.br>**

Caro Alexei,

Estive agora na Comissão de Justiça e obtive as seguintes informações:

- o projeto está sobrestado a pedido da Deputa Ideli Salvatti;
- a aprovação do parecer da Comissão de Justiça solicitando a diversos órgãos estudo de impacto ambiental será encaminhado ao autor do projeto Dep. Lício Mauro da Silveria (PPB) e ele terá que encaminhar os ofícios;
- caso ele não acate a decisão da Comissão de Justiça, o projeto poderá ser arquivado.
- ainda essa semana o assessor dessa Comissão entrará em contato comigo para prestar a decisão do Dep. Lício em relação aos encaminhamentos devidos.

Um abraço

Cristina Nunes

P.S> Encaminhei por Fax o parecer da Comissão.

**Ofícios Encaminhados pela Comissão Técnica de Constituição e  
Justiça da Assembléia do Estado SC a Diversas Instituições e  
Órgãos Ambientalistas Solicitando Estudos de Impactos  
Ambientais Decorrentes da Efetivação do Projeto de Lei Nº  
469.7/00**

---



# Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Comissão Técnica de Constituição e Justiça

Palácio Barriga Verde, Florianópolis, 03 de maio de 2001.

OFÍCIO N. 028/01

Ilustríssima Senhora  
**SUSANA MARIA CORDEIRO TREBIEN**  
Diretora Geral da FATMA  
Nesta

Conforme deliberação da Comissão Técnica de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, estamos solicitando à este órgão a elaboração de um estudo dos impactos ambientais decorrentes da efetivação do Projeto de Lei n. 0469.7/2000 (anexo).

Atenciosamente,

  
**LUCIANO MAESTRI**  
Secretário da CTCJ



RECIBO DE POSTAGEM

TOTAL PAGO R\$ 2,40

RI 8 7 6 3 0 8 8 8 9 BR

REGISTRO

Subscrição funcionário

NATUREZA VALOR DECLARADO PESO

RD — 30 g

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA



NOME DO DESTINATÁRIO: ZUZANA MARIA C. TREBIEN

ENDEREÇO: R. FELIPE SCHMIDT, 485

CEP: 88010-00 CIDADE: FLORIANÓPOLIS UF: SC





# Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Comissão Técnica de Constituição e Justiça

Palácio Barriga Verde, Florianópolis, 03 de maio de 2001.


OFÍCIO N. 029/01

Ilustríssimo Senhor  
**LUIZ AMILTON MARTINS**  
Superintendente do IBAMA/SC  
Nesta

Conforme deliberação da Comissão Técnica de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, estamos solicitando à este órgão a elaboração de um estudo dos impactos ambientais decorrentes da efetivação do Projeto de Lei n. 0469.7/2000 (anexo).

Atenciosamente,

  
**LUCIANO MAESTRI**  
Secretário da CTCJ

		
RECIBO DE POSTAGEM		TOTAL PAGO
R\$		240
RI 6 7 6 3 0 8 8 9 2 BR		
REGISTRO		
Assinatura do funcionário		
NATUREZA	VALOR DECLARADO	PESO
PR		20g
A SER PREENCHIDO PELO RELEVANTE SEM RASURA		
NOME DO DESTINATÁRIO: LUIZ AMILTON MARTINS		
ENDEREÇO: AV. MAURO RAMOS, 1113		
CEP: 88020-304 CIDADE: FLORIANÓPOLIS UF: SC		





# Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Comissão Técnica de Constituição e Justiça

Palácio Barriga Verde, Florianópolis, 07 de maio de 2001.

OFÍCIO N. 030/01

Ilustríssimo Senhor  
**TADEU SANTOS**  
Coordenador da FEEC

Conforme deliberação da Comissão Técnica de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, estamos solicitando à este órgão a elaboração de um estudo dos impactos ambientais decorrentes da efetivação do Projeto de Lei n. 0469.7/2000 (cópia anexo).

Atenciosamente,

**LUCIANO MAESTRI**  
Secretário da CTCJ

**CORREIOS**

RECIBO DE POSTAGEM

RI 676308

TOTAL PAGOS 7,00

LEGISLATIVA

07 MAIO 2001

FLORIANÓPOLIS-SC

Nº DO REGISTRO

rubrica do funcionário

NATUREZA VALOR DECLARADO PESO

77 - - - 50

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA

NOME DO DESTINATÁRIO: **TADEU SANTOS**

ENDERECO: **AV. PETUO VARGAS, 552**

CEP: **88900-000** CIDADE: **ARARANGUA** UF: **SC.**



# Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Comissão Técnica de Constituição e Justiça

Palácio Barriga Verde, Florianópolis, 07 de maio de 2001.

OFÍCIO N. 031/01

À Coordenadoria e Defesa do meio Ambiente  
A/C do Excelentíssimo Senhor  
DR. ALEXANDRE HERCULANO ABREU

Conforme deliberação da Comissão Técnica de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, estamos solicitando à este órgão a elaboração de um estudo dos impactos ambientais decorrentes da efetivação do Projeto de Lei n. 0469.7/2000 (cópia anexo).

Atenciosamente,

**LUCIANO MAESTRI**  
Secretário da CTCJ

**CORREIOS**

RECIBO DE POSTAGEM

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MAIO 2001

TOTAL PAGO R\$ 2,60

078000008977 BR

NATUREZA FISCAL DECLARADO PESO

01 001

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA

NOME DO DESTINATÁRIO DR. ALEXANDRE HERCULANO ABREU

LAVO ABREU

ENDEREÇO RUA BOCAIUA 1750

CEP 88015-901 CIDADE Florianópolis UF SC

- **Lista de E-mail dos Deputados Estaduais e do Governador do Estado de Santa Catarina**
-



## **Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

Rua Jorge Luz Fontes, 310 – CEP: 88.020-900 – Florianópolis/SC

home page: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br) - e-mail: [ci@alesc.sc.gov.br](mailto:ci@alesc.sc.gov.br)

Gabinete da Presidência

Centro de Informações – Fone: 221-2893 (ramais: 2891/2892)

Atualizada em 09.02.2001

<b>DEPUTADOS ESTADUAIS</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>GAB</b>	<b>FONES</b>	<b>FAX</b>	<b>e-mail</b>
Adelor Francisco Vieira	PMDM	315	221.2638 (2638)	221.2639	<a href="mailto:adelor@alesc.sc.gov.br">adelor@alesc.sc.gov.br</a>
Afonso Sapaniol	PPB	314	221.2726 (2726)	221.2727	<a href="mailto:afonso@alesc.sc.gov.br">afonso@alesc.sc.gov.br</a>
Afrânio Boppré	PT	115A	221.2705 (2705)	221.2706	<a href="mailto:afranio@alesc.sc.gov.br">afranio@alesc.sc.gov.br</a>
*Altair Guidi	PPB	111A	221.2653 (2653)	221.2654	<a href="mailto:quidi@alesc.sc.gov.br">quidi@alesc.sc.gov.br</a>
*Antônio Aguiar	PFL	128A	221.2708 (2708)	221.2709	
César Souza	PFL	118A	221.2659 (2659)	221.2660	<a href="mailto:cesar@alesc.sc.gov.br">cesar@alesc.sc.gov.br</a>
Clésio Salvaro	PFL	116A	221.2775 (2775)	221.2776	<a href="mailto:salvaro@alesc.sc.gov.br">salvaro@alesc.sc.gov.br</a>
Francisco de Assis Nunes	PT	123A	221.2696 (2696)	221.2697	<a href="mailto:assis@alesc.sc.gov.br">assis@alesc.sc.gov.br</a>
Gelson Sorgato	PMDB	126A	221.2720 (2720)	221.2721	<a href="mailto:sorgato@alesc.sc.gov.br">sorgato@alesc.sc.gov.br</a>
Gilmar Knaesel	PPB	124A	221.2632 (2632)	221.2633	<a href="mailto:knaesel@alesc.sc.gov.br">knaesel@alesc.sc.gov.br</a>
Heitor Luiz Sché	PFL	114	221.2650 (2650)	221.2651	<a href="mailto:heitor@alesc.sc.gov.br">heitor@alesc.sc.gov.br</a>
Hemeus João de Nadal	PMDB	104A	221.2702 (2702)	221.2703	<a href="mailto:herneus@alesc.sc.gov.br">herneus@alesc.sc.gov.br</a>
Ideli Salvatti	PT	206	221.2680 (2680)	221.2681	<a href="mailto:ideli@alesc.sc.gov.br">ideli@alesc.sc.gov.br</a>
Ivan César Ranzolin	PPB	122A	221.2641 (2641)	221.2642	<a href="mailto:ranzolin@alesc.sc.gov.br">ranzolin@alesc.sc.gov.br</a>
Ivo Konell	PMDB	103A	221.2738 (2738)	221.2739	<a href="mailto:konell@alesc.sc.gov.br">konell@alesc.sc.gov.br</a>
Jaime Aldo Mantelli	PDT	207	221.2729 (2729)	221.2730	<a href="mailto:mantelli@alesc.sc.gov.br">mantelli@alesc.sc.gov.br</a>
Jaime da Silva Duarte	PPS	119A	221.2735 (2735)	221.2736	<a href="mailto:Jaime@alesc.sc.gov.br">Jaime@alesc.sc.gov.br</a>
João de Oliveira Rosa	PTB	105A	221.2671 (2671)	221.2672	<a href="mailto:joaorosa@alesc.sc.gov.br">joaorosa@alesc.sc.gov.br</a>
João Henrique Blasi	PMDB	108A	221.2668 (2668)	221.2669	<a href="mailto:blasi@alesc.sc.gov.br">blasi@alesc.sc.gov.br</a>
Joares Carlos Ponticelli	PPB	112A	221.2711 (2711)	221.2712	<a href="mailto:joares@alesc.sc.gov.br">joares@alesc.sc.gov.br</a>
Jorginho dos Santos Mello	PSDB	208	221.2647 (2647)	221.2648	<a href="mailto:jorginho@alesc.sc.gov.br">jorginho@alesc.sc.gov.br</a>
JoséPaulo Serafim	PT	313	221.2662 (2662)	221.2663	<a href="mailto:serafim@alesc.sc.gov.br">serafim@alesc.sc.gov.br</a>
Julio César Garcia	PFL	204	221.2874 (2635)	221.2636	<a href="mailto:julio@alesc.sc.gov.br">julio@alesc.sc.gov.br</a>
Lício Mauro da Silveira	PPB	115	221.2674 (2674)	221.2675	<a href="mailto:licio@alesc.sc.gov.br">licio@alesc.sc.gov.br</a>
Manoel Mota	PMDB	127A	221.2714 (2714)	221.2715	<a href="mailto:mota@alesc.sc.gov.br">mota@alesc.sc.gov.br</a>
Milton Sander	PPB	203	221.2629 (2629)	221.2630	<a href="mailto:milton@alesc.sc.gov.br">milton@alesc.sc.gov.br</a>
Moacir Sopelsa	PMDB	107A	221.2689 (2689)	221.2690	<a href="mailto:moacir@alesc.sc.gov.br">moacir@alesc.sc.gov.br</a>
Narcizo Luiz Parisotto	PMDB	117A	221.2748 (2748)	221.2749	<a href="mailto:parisotto@alesc.sc.gov.br">parisotto@alesc.sc.gov.br</a>
Nelson Goetten de Lima	PPB	113A	221.2732 (2732)	221.2733	<a href="mailto:nelson@alesc.sc.gov.br">nelson@alesc.sc.gov.br</a>
Nilson Gonçalves de Souza	PSDB	121A	221.2745 (2745)	221.2746	<a href="mailto:nilson@alesc.sc.gov.br">nilson@alesc.sc.gov.br</a>
Odette de Jesus	PL	109A	221.2686 (2686)	221.2687	<a href="mailto:odete@alesc.sc.gov.br">odete@alesc.sc.gov.br</a>
Onofre Santo Agostini	PFL	120A	221.2644 (2644)	221.2645	<a href="mailto:onofre@alesc.sc.gov.br">onofre@alesc.sc.gov.br</a>
Paulo Roberto Bornhausen	PFL	205	221.2691 (2692)	221.2693	<a href="mailto:paulinho@alesc.sc.gov.br">paulinho@alesc.sc.gov.br</a>

Reno Luiz Caramori	PPB	114A	221.2656 (2656)	221.2657	reno@alesc.sc.gov.br
Rogério Mendonça	PMDB	106A	221.2683 (2683)	221.2684	rogerio@alesc.sc.gov.br
Romildo Luiz Titon	PMDB	116	221.2723 (2723)	221.2724	titon@alesc.sc.gov.br
Ronaldo José Benedet	PMDB	202	221.2699 (2699)	221.2700	ronaldo@alesc.sc.gov.br
Sandro Tarzan	PTB	123A	221.2717 (2717)	221.2718	sandro@alesc.sc.gov.br
Valmir Francisco Comin	PTB	110A	221.2677 (2677)	221.2678	comin@alesc.sc.gov.br
Volnei José Morastoni	PT	129A	221.2665 (2665)	221.2666	volnei@alesc.sc.gov.br

\* suplentes

Governador de Estado, Sr. Espiridião Amim Helou Filho

Email: [amim@ccv.sc.gov.br](mailto:amim@ccv.sc.gov.br)

Fone: (48) 2213183 / (48) 2213190

Rua José da Costa Moelmann, no.193, CEP 88020-170, Florianópolis-SC.